

Senado amplia punição de crimes contra menores

A exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusive pela Internet, pode ser punida com reclusão de dois a seis anos. Se o crime tiver finalidade de lucro, a pena – hoje, de um a quatro anos – varia de três a oito anos. A proposta, que está em fase de redação final, vai à sanção presidencial

Página 3



Waldemir Rodrigues

RIGOR Senadores acolheram substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de Marina Silva que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente

REFORMA TRIBUTÁRIA

Relatório de Jucá será lido hoje na CCJ

Página 7

A photograph showing a group of men in suits sitting on a sofa and chairs. They appear to be in a meeting or press conference. Several photographers with cameras are standing behind them, capturing the scene.

NEGOCIAÇÃO No começo da noite, Jucá (C) e os líderes partidários se reuniram com o presidente da CCJ, Edison Lobão (D)

Márcio Kallume

Investimentos do BNDES podem ter novas regras

Comissão de Assuntos Econômicos aprova projeto que beneficia regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Páginas 4 e 5



CONGRESSO NACIONAL
180 ANOS

Raupp destaca importância de gasoduto

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) manifestou satisfação com os resultados da visita que fez à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff,



Rondônia precisa de energia limpa, diz Valdir Raupp

quando lhe foi garantida prioridade para as obras do gasoduto Urucu-Porto Velho e da hidroelétrica no Rio Madeira. Segundo ele, a ministra lhe assegurou que as obras têm início previsto

para o próximo ano, estando incluídas no Plano Plurianual de Investimentos 2004-2007.

Raupp lembrou que Rondônia precisa de energia limpa e barata como a do gás natural e da hidroeletricidade. Para ele, há consciência ambiental em seu estado, com compromisso da população e das autoridades em manter preservados 70% das florestas nativas.

– Mas não podemos abrir mão da oportunidade de desenvolvimento. Na verdade, a entrada em funcionamento do gasoduto resultará na substituição, pelo gás natural, da energia termoeletrica que abastece Porto Velho, onde é queimado 1 milhão de litros de óleo diesel diários – observou ele.

Em aparte, o senador João Capiberibe (PSB-AP) concordou com a ênfase em energia defendida por Raupp, acrescentando que o Brasil também precisa desenvolver fontes alternativas e mais baratas, como a eólica (dos ventos) e a da biomassa.

Agenda



Cooperação entre Brasil e Bolívia

Na sessão de hoje, às 14h30, deverá ser votada a proposta de emenda constitucional que trata da organização de municípios e o projeto de cooperação entre Brasil e Bolívia para impedir o uso ilegal de drogas (PEC nº 13/03 e PDL nº 522/03). O Plenário analisa ainda proposta que dispõe sobre organizações criminosas e determina punição para líderes dessas organizações (PLS nº 118/02).

Sarney realiza audiências e participa de almoço

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 11h, a visita do embaixador do Brasil no México, Luiz Augusto de Araújo Castro; e às 11h30, o presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes. Às 13h, Sarney comparece ao almoço oferecido por dom Lorenzo Baldisseri, Núncio Apostólico, por ocasião do Jubileu de Prata do Pontificado de Sua Santidade o Papa João Paulo II.

Comissão analisa relatórios do TCU

Na reunião de hoje da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), às 11h30, serão examinados relatórios das atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), de 2000 e 2001. Além disso, será analisada decisão do TCU, tomada em sessão extraordinária reservada, bem como os relatórios e voto que a fundamentam. A comissão é presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).



Projeto beneficia portadores de deficiência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, às 11h, para votar projeto que concede passe livre à pessoa portadora de deficiência, comprovadamente

carente, nos vãos comerciais interestaduais (PLS nº 32/02). Às 18h, a Subcomissão de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, que funciona no

âmbito da CAS, realiza audiência para apresentação do relatório que verificou as condições de acessibilidade no Senado para pessoas com deficiência.



CCJ examina relatório sobre reforma tributária

O relator da reforma tributária, senador Romero Jucá (PMDB-RR) – foto –, apresenta hoje, às 10h, seu parecer sobre a proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Será votada também pelo colegiado a proposta de emenda constitucional (PEC nº 29/02) que amplia a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Secretário do Tesouro

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) ouve hoje, às 10h, o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, que avalia o cumprimento das metas fiscais referentes ao segundo quadrimestre de 2003. A comissão é presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

CPI da Exploração Sexual

Às 11h, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração Sexual realiza audiência pública com o ex-campeão mundial de atletismo Zequinha Barbosa e o seu assessor, Luiz Otávio, acusados de envolvimento na exploração sexual de meninas na cidade de Campo Grande (MS).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Regra para intimação deve ser alterada

Projeto determinando que a intimação dos representantes judiciais dos estados e do Distrito Federal seja feita pessoalmente em qualquer processo e grau de jurisdição foi aprovado ontem pelo Plenário. Como a matéria recebeu substitutivo de Pedro Simon (PMDB-RS) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ele deverá ser submetido a votação em turno suplementar.



Substitutivo de Simon amplia aplicação da norma

Pela proposta (PLC nº 19/2003), a regra também vale para integrantes da carreira de procurador federal. Simon, no substitutivo, acrescentou um segundo parágrafo à proposta determinando que a norma se aplica aos advogados ou procuradores da Câmara, do Senado, das assembleias legislativas e da Câmara Legislativa do DF.

Jefferson quer mais controle sobre viagens

Lembrando a polêmica em torno da viagem da ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva, a Buenos Aires, Jefferson Péres (PDT-AM) anunciou ontem que encaminhará requerimento ao presidente José Sarney solicitando informações sobre viagens ao exterior realizadas por parlamentares às custas do Senado. O requerimento solicita que sejam informados o total de gastos, os destinos, os objetivos e quais senadores viajaram.

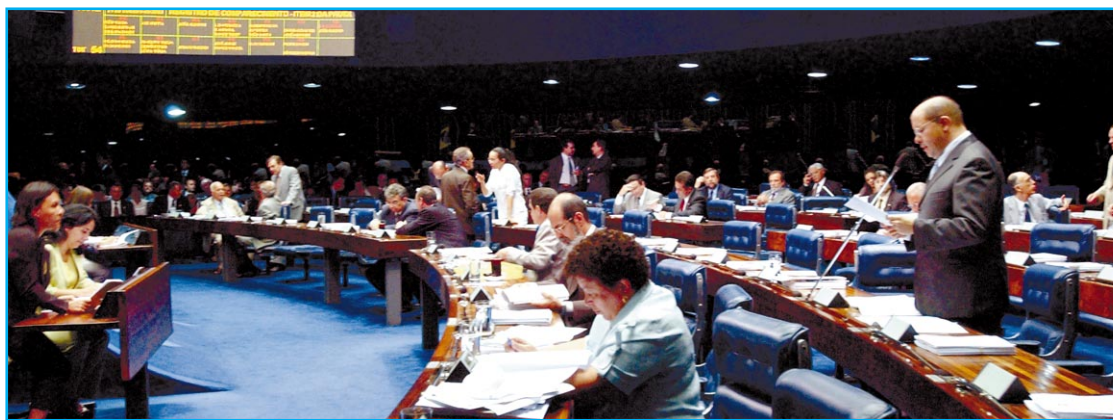


Jefferson propõe norma para viagem de senadores

– É preciso estabelecer regras. As viagens não podem ficar acontecendo sem nenhuma transparência e dependendo apenas do arbítrio do presidente, que escolhe quem vai viajar. Sei que é uma coisa antipática, mas é necessário, se quisermos ter autoridade moral para criticar o Executivo – afirmou.

Indicação para ministra do STJ é aprovada

Roosevelt Pinheiro



APROVAÇÃO Substitutivo da Câmara teve parecer favorável de Demostenes Torres (de pé, à direita)

A desembargadora Denise Martins Arruda, do Tribunal de Justiça do Paraná, teve seu nome aprovado pelo Senado para o cargo de ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Foram 50 votos favoráveis, 5 contrários e 1 abstenção. Os senadores também acolheram na sessão de ontem outras cinco indicações feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os nomes do médico Franklin Rubinstein e do farmacêutico Victor Hugo Costa Travassos da Rosa foram acolhidos para a diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Já o economista Alexandre Schwartzman teve aprovada sua escolha para ocupar o cargo de diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC), na vaga de Beny Parnes. O nome do diplomata José Jerônimo Moscardo de Souza foi aprovado para embaixador do Brasil na Bélgica.

O diplomata Vladimir Chohfi obteve aprovação da Casa para, cumulativamente com a embaixada na Espanha, chefiar a chancelaria brasileira no Principado de Andorra. O presidente da República será comunicado pelo Senado sobre a aprovação das seis indicações.

Pena maior para crimes contra os cofres públicos

Na sessão de ontem, o Plenário acolheu emenda feita pela Câmara dos Deputados em projeto (PLS nº 116/02) de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública que amplia a punição dos crimes praticados contra o erário. Com a aceitação da emenda, que trata apenas de uma questão de técnica legislativa, a proposta segue agora para a sanção presidencial.

Pelo projeto de lei, quem lesar os cofres públicos terá, primeiro, que ressarcir o erário se quiser ter direito aos benefícios da progressão do regime penal – passar de prisão fechada para semi-aberta, por exemplo. As penas para os crimes de corrupção ativa e passiva, atualmente de um a dois anos de reclusão, serão aumentadas para dois a 12 anos, determina ainda a proposta.

Senado amplia ofensiva contra abuso de menores

■ Exploração sexual de menor, inclusive pela Internet, pode ser punida com até seis anos de reclusão

O Plenário aprovou ontem substitutivo da Câmara a projeto de lei do Senado que aumenta a punição para os crimes contra menores. A exploração sexual de menores, inclusive pela Internet, será punida com reclusão de dois a seis anos. Se o infrator visa ao lucro, a prisão será de três a oito anos. Hoje, a pena varia de um a quatro anos. A remessa ilegal de crianças para o exterior poderá ser punida com até oito anos de reclusão.

De autoria da senadora licen-

ciada Marina Silva (PT-AC), o projeto (PLS 135/99), que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, também proíbe a identificação de menores em noticiário, inclusive com divulgação de iniciais do nome e sobrenome.

O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Demostenes Torres (PFL-GO), propôs algumas alterações no substitutivo da Câmara, suprimindo o artigo que pune criminalmente a exploração, exposição ou utilização de menores com o fim de obter vantagem.

Interpretação

Ele observou que, embora a inovação buscasse reduzir a exploração econômica de menores, apresentava incorreções técnicas e jurídicas que pode-

riam provocar interpretações errôneas. A seu ver, o dispositivo levaria à condenação de uma mãe, a até seis anos de prisão, por usar o filho para pedir esmolas. Embora reprovável, a atitude da mãe não merece punição tão severa, observou.

Demostenes também propôs a supressão do dispositivo que punia com a mesma pena a pessoa que porta fotografia ou imagem que contenha pornografia envolvendo crianças e a pessoa que fizer a produção dessas imagens. Ele considerou a punição desproporcional.

Durante a discussão, as senadoras petistas Ideli Salvatti (SC) e Fátima Cleide (RO) defenderam a aprovação da proposta. O projeto será enviado agora à sanção do presidente da República para tornar-se lei.

PEC facilita utilização de radioisótopo na medicina

Por unanimidade, o Plenário aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que amplia o acesso dos serviços de medicina nuclear aos radioisótopos de meia vida curta (entre dois e 120 minutos). Esses materiais são utilizados como marcadores em exames de imagem, entre eles a tomografia.

A PEC nº 7/03, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), autoriza a produção, comercialização e utilização desses radioisótopos para pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais. Atualmente, trata-se de um monopólio da União. O relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Jorge (PFL-PE), destacou que a proposta concede permissão do

uso desses materiais por outros entes que não a União, eliminando a possibilidade da concessão. Assim, explicou, será mais fácil para a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) revogar algum contrato, caso julgue necessário.

Bornhausen informou que sua proposta tem como origem estudos da própria CNEN e respaldo de entidades como a Sociedade Brasileira de Biologia, Medicina Nuclear e Imagem Molecular e o Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem. Segundo ele, a PEC vai beneficiar milhares de pessoas.

Jorge Bornhausen agradeceu o apoio da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que destacou os aspectos positivos da proposição. O senador Hélio Costa



José Cruz

AJUDA Jorge Bornhausen diz que medida deve beneficiar milhares de pessoas no país

(PMDB-MG) foi outro a encaminhar favoravelmente à emenda. A proposta depende ainda de discussão e votação em segundo turno para ser enviada ao exame da Câmara dos Deputados.

Transcorreu ontem o quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 39/01, que cria a Procuradoria do Tribunal de Contas da União (TCU). A matéria deverá ser votada na sessão de hoje.

Autorizado empréstimo a Porto Alegre

Pedido de autorização encaminhado pela prefeitura de Porto Alegre para contratar empréstimo junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), de US\$ 27,5 milhões, recebeu ontem a aprovação dos senadores.

O dinheiro, a ser pago no prazo de 15 anos, com juros de 2,45% mais *libor* (taxa do mercado de Londres, usada como referência para empréstimos internacionais) será utilizado pela prefeitura da capital gaúcha na realização de obras de estruturação urbana e recuperação ambiental, beneficiando os bairros de Humaitá, Farrapos e Navengantes.

Grevistas da ECT podem ganhar anistia

Projeto que concede anistia a trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) que, entre 4 de março de 1997 e 23 de março de 1998, sofreram punições, dispensas e alterações de contrato em razão de participação em greve foi aprovado ontem pelo Senado, com emenda.

Segundo o projeto (PLC nº 10/03), que voltará ao exame da Câmara dos Deputados, será assegurada a contagem do tempo de serviço, a progressão salarial e o pagamento das contribuições previdenciárias do período compreendido entre as dispensas ou suspensões contratuais e a entrada em vigor da lei.

Contas de 2001 do Executivo têm aprovação

Os senadores aprovaram ontem parecer sobre a prestação de contas do Poder Executivo relativas ao ano de 2001. A matéria teve como relator na Comissão Mista de Orçamento o senador Romero Jucá (PMDB-RR). As contas já haviam sido aprovadas pela Câmara dos Deputados e analisadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Por requerimento do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o Plenário do Senado decidiu adiar a votação do projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC nº 32/03) que institui o Programa de Microdestilarias de Alcool (Promicro).

EMPRÉSTIMOS/BNDES

Carlos Lessa, presidente do banco, e o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, participam de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos

Azeredo e Hélio Costa querem recursos para BH

Os senadores por Minas Gerais Eduardo Azeredo (PSDB) e Hélio Costa (PMDB) receberam, durante a audiência pública realizada pela CAE, o apoio do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, ao pedido de empréstimo da instituição para que a prefeitura de Belo Horizonte compre imóveis da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) localizados no centro da cidade e distantes do *campus* universitário.

Segundo Azeredo, a prefeitura atendeu a todas as condições previstas para a assinatura do contrato, cujo valor é de cerca de R\$ 50 milhões. A operação, disse Azeredo, vai permitir a conclusão e a melhoria do *campus* universitário da UFMG e a economia, pela prefeitura, de cerca de R\$ 1 milhão por mês em aluguéis.

Hélio Costa lembrou que o pedido de empréstimo de Belo Horizonte foi apresentado em setembro de 2002 e esse endividamento precisa ser encarado como uma excepcionalidade, já que envolve três instituições públicas, representando inclusive economia para o município, sem comprometer o superávit primário necessário para quitação das dívidas da cidade.

Lessa disse que o projeto de Belo Horizonte vai permitir a racionalização do uso das instalações da UFMG, que, por estarem no centro da cidade, estão bem localizadas para uso da prefeitura e mal localizadas do ponto de vista da convivência universitária.

– A prefeitura se desoneraria de aluguéis, o que seria usado para amortizar os empréstimos. Sou favorável a excepcionalizar a operação por uma questão de bom senso – declarou Lessa.

Sobre o empréstimo para a prefeitura de São Paulo, o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, disse que a excepcionalidade a São Paulo está expressa no contrato de refinanciamento das dívidas do município.

Adiada votação de crédito para a cidade de São Paulo

Um pedido de vista coletiva encabeçado pelo senador Almeida Lima (PDT-SE) adiou para a próxima semana a votação, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do pedido de empréstimo solicitado pela prefeitura de São Paulo, no valor de R\$ 493,8 milhões, destinados à segunda etapa do Programa de Implantação do Sistema Integrado de Transporte Urbano de Passageiros. O senador disse que fez o pedido de vista por não ter pleno conhecimento do contrato.

Antes de os membros da CAE decidirem adiar a votação, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, alertou que, se o Senado aprovar o pedido de empréstimo pleiteado pela prefeitura de São Paulo, ele cairá nas mesmas restrições de 216 prefeituras que aguardam liberação de recursos de R\$ 800 milhões.

O motivo, segundo Carlos



DIFICULDADE Carlos Lessa admite, na reunião presidida por Ramez Tebet, que BNDES não dispõe de recursos para atender pleitos

Lessa, é que o BNDES não possui os recursos para atender aos pleitos municipais. Apesar disso, ele se declarou a favor da solicitação da prefeitura paulistana por acreditar que o governo federal irá capitalizar o banco. A operação de crédito entre o BNDES e a prefeitura de São Paulo está de acordo com as

resoluções do Senado, segundo avaliaram Carlos Lessa e o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, na audiência pública realizada ontem pela CAE com a participação de diversos senadores. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu a aprovação do empréstimo.

Senadores pedem investimentos para reduzir as desigualdades regionais

Na audiência realizada ontem pela CAE, os senadores pelo PFL da Bahia – Antonio Carlos Magalhães, César Borges e Rodolpho Tourinho – cobraram do presidente do BNDES, Carlos Lessa, a desconcentração dos investimentos da instituição, de forma a distribuir os recursos para reduzir as desigualdades regionais.

Eles também afirmaram que a excepcionalidade de tratamento à prefeitura de São Paulo, cuja autorização para tomar empréstimo de R\$ 493,8 milhões do BNDES está em análise na CAE, deve ser estendida a outras cidades e estados.

Antonio Carlos lamentou que o Nordeste seja “muito desprezado” pelo BNDES. Segundo ele, enquanto uma grande quantidade de recursos é destinada à capital paulista, os metrô de Recife, Fortaleza e Salvador encontram todo tipo de dificuldade junto ao Tesouro Nacional e ao BNDES para a liberação de recursos.



INTERESSE Aloizio Mercadante, Fernando Bezerra, César Borges e Jorge Bornhausen discutem política de desenvolvimento

César Borges apontou que, dos investimentos do BNDES neste ano, até setembro, de R\$ 19 bilhões, o Sudeste recebeu 55%; o Sul, 23%; o Nordeste, 10%; o Centro-Oeste, 9%; e o Norte, 3%.

Como forma de resolver o desequilíbrio na distribuição de recursos, Tourinho sugeriu que a política de atração de investimentos e de desenvolvimento regional, em elaboração

no governo federal, tenha o BNDES como protagonista.

Em resposta aos senadores, Carlos Lessa disse que, no passado, quando houve grandes projetos de desenvolvimento no Nordeste, a participação da região nos desembolsos do BNDES cresceu, o que pode voltar a acontecer quando novos empreendimentos de grande porte forem implantados.

Cabral vê discriminação contra o Rio

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) acusou o governo federal de tratar de maneira diferenciada as unidades da Federação, de acordo com o partido e o governante. Para ele, o Planalto adota “dois pesos e duas medidas” no exame de demandas por recursos públicos apresentados pelas administrações dos estados e dos municípios.

Ele manifestou sua opinião na audiência da CAE, quando reclamou a liberação de R\$ 400 milhões em Certificados de Financiamento do Tesouro (CFT) para o Rio de Janeiro.

Segundo ele, o governo federal começou a demonstrar o tratamento que dispensaria ao Rio de Janeiro, da governadora Rosinha Matheus (PMDB), quando bloqueou as contas do estado, no início do ano, sem que a iniciativa tivesse sido tomada quando a governadora era Benedita da Silva, do PT. Assim, relatou, os cerca de 400 mil servidores públicos do estado ficaram sem receber o 13º salário, o que causou graves problemas às suas famílias e à economia do estado.

– Em 10 meses de relacionamento entre o governo do estado e o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva muito pouco avançou.

Sérgio Cabral disse que há 25 dias participou de audiência da governadora com o presidente Lula e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, quando foi acertada a liberação dos CFTs e apontada a necessidade de aprovação de autorização do Senado para que o estado obtenha empréstimo de R\$ 540 milhões junto ao Itaú/Banerj para pagamento do 13º salário dos servidores referente ao ano de 2003. O senador lembrou que o Senado aprovou a resolução em 15 dias, mas o governo federal não fez a sua parte.

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, avaliou que a operação com as CFTs seria benéfica para o estado, sem prejuízos ao governo federal.

EMPRÉSTIMOS/BNDES

Investimentos em regiões pobres deverão aumentar

A partir de 2005, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) terá de investir 35% dos seus recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, conforme substitutivo a projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto do relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), engloba os investimentos das empresas controladas pelo BNDES, como a Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e a BNDES Participações (BNDESPar).

A exclusão da BNDESPar do cálculo foi solicitada pelos senadores Romero Jucá (PMDB-RR) e Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, mas a discussão sobre a proposta ficou para outra fase de tramitação do projeto (PLS nº 9/1999).

Das 12 emendas apresentadas desde a aprovação do substitutivo, em 15 de setembro, 11 foram propostas por Mercadante, para garantir o financiamento das exportações e viabilizar a aprovação da proposta de Jereissati. O relator aceitou o argumento do líder do governo de que os recursos do BNDES vinculados a contratos específicos sejam excluídos do cálculo do percentual propos-



Rosenelt Pinheiro



Rosenelt Pinheiro

CRESCIMENTO Jefferson é autor do projeto, relatado por Jereissati, que obriga o BNDES a aplicar mais no Norte, Nordeste e Centro-Oeste

to no substitutivo.

– A composição de recursos financeiros que o Sistema BNDES deverá aplicar nas regiões menos desenvolvidas sofre o ajuste necessário, assegurando que não haja comprometimento da administração geral do banco nem prejuízo à remuneração dos recursos repassados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), às operações ligadas à exportação e a projetos financiados por meio de captações junto a agências multilaterais de crédito – disse Jereissati.

Financiamento

Ao recusar a proposta de Mercadante de exclusão da BNDESPar do projeto, o relator argumentou que existem muitos projetos em fase de implantação na Amazônia, Nordeste e

Centro-Oeste que estão paralisados por falta de fontes de financiamento. A BNDESPar é subsidiária do banco que investe em empresas por meio de participação societária nos empreendimentos.

– A exclusão da BNDESPar do cálculo é fato que não se justifica, sobretudo quando se verifica que a empresa tem aplicação poucos recursos na Amazônia e Nordeste. A conclusão dessas empresas interessa a toda a sociedade pelos resultados em emprego, renda e tributos que serão gerados – analisou Jereissati.

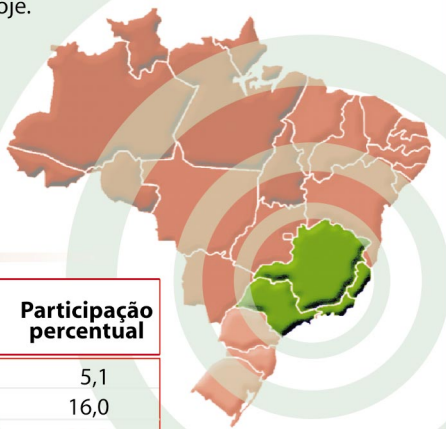
Aprovada em caráter terminativo, a matéria segue para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso com no mínimo nove assinaturas para sua análise em Plenário.

Banco concentra financiamentos no Sudeste

O BNDES é considerado um dos maiores bancos de fomento do mundo. No ano passado, a instituição liberou **R\$ 38,1 bilhões** em operações de empréstimo. Desde a sua criação, em **1952**, o banco participou do financiamento de praticamente todo o parque industrial do país, centrando os empréstimos, principalmente, na Região Sudeste. Daí decorre a disparidade de investimentos entre as regiões, que perdura até hoje.

Veja a distribuição regional dos financiamentos do BNDES em 2002.

Região	Valor liberado (em R\$ bilhões)	Participação percentual
Norte	1,9	5,1
Sul	6,0	16,0
Sudeste	23,1	61,8
Centro-Oeste	2,6	6,9
Nordeste	3,8	10,2



Fonte: BNDES

Bahia terá crédito de US\$ 60 milhões para educação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem proposta do Executivo que autoriza o governo do estado da Bahia a contratar empréstimo externo de US\$ 60 milhões no Banco Mundial (Bird). Os recursos destinam-se ao financiamento parcial da segunda fase do projeto de educação estadual – o Projeto Bahia.

De acordo com o relator da matéria, senador Delcídio Amaral (PT-MS), os recursos serão aplicados na melhoria do sistema educacional do estado, na ampliação do acesso ao ensino médio e no fortalecimento da gestão educacional. O projeto segue agora para votação no Plenário do Senado.



Jone de Araújo

ALIANÇA O ex-presidente argentino Alfonsín (ao microfone, ao lado de Sarney) defendeu a união da América Latina para criação da Alca

Suplicy quer “integração real”, e não apenas acordos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), disse ontem durante o Encontro Parlamentar sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), realizado no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, que deseja ver, um dia, as Américas integradas desde o Alasca até a Patagônia. No entanto, alertou, deve haver uma real integração e não apenas acordos de livre comércio.

Suplicy também afirmou que há grandes distorções entre as economias dos países latino-americanos e dos Estados Unidos. Para o senador, os norte-americanos desenvolveram sua economia à custa de forte proteção à indústria nacional.

As afirmações de Suplicy, segundo a Radiobras, ocorreram logo depois da fala do embaixador Peter Allgeier, co-presidente do processo negociador da Alca pelos Estados Unidos. Conforme o representante norte-americano, os Estados Unidos farão de tudo para que o Brasil se integre à Alca. “Se não for possível, buscaremos a liberalização com os países que estiverem dispostos a fazer o acordo”, anunciou.

Allgeier salientou que a Organização Mundial do Comércio (OMC) é o melhor fórum para discussão dos subsídios concedidos por seu país a setores da economia. Essa ajuda é um dos principais pontos questionados pelo governo brasileiro nas negociações da Alca.

União

Em sua intervenção, o ex-presidente da Argentina Raúl Alfonsín defendeu a união dos latino-americanos diante da política dos Estados Unidos de negociar bilateralmente com cada país, mas reconheceu que há dificuldades e casos especiais, como os do Chile e México.

De acordo com o presidente do Senado, José Sarney, Alfonsín “deu a visão do estadista, mostrando que a Alca é uma política de Estado que vem sendo seguida pelos Estados Unidos e que, portanto, devemos discuti-la com absoluta tranquilidade, também tendo em conta a defesa de nossos interesses”.

O embaixador Adhemar Bahdian, co-presidente do processo negociador da Alca, rechaçou “insinuações” de que a posição brasileira na reunião de Cancún teria obedecido a “motivações ideológicas”.

Sarney recebe participantes de encontro sobre a Alca

Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, receberam ontem os participantes do Encontro Parlamentar sobre a Alca para almoço. Foram recebidas 85 autoridades representantes de 22 países. A recepção foi realizada na residência oficial do Senado.

Participaram, entre outros, os ministros do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, e da Agricultura, Roberto Rodri-

gues; o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP); o assessor especial da Presidência da República Marco Aurélio Garcia; o presidente do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), deputado Ney Lopes (PFL-RN); o ex-presidente argentino Raúl Alfonsín; a embaixadora dos Estados Unidos, Donna Hrinak; e o co-presidente do processo negociador da Alca pelos Estados Unidos, Peter Allgeier.

Agripino acusa governo de criar programas fictícios

■ Líder do PFL se disse estupefato ao saber que Bolsa Família ainda não tem os recursos assegurados

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), se disse ontem estupefato com a declaração do ministro do Planejamento, Guido Mantega, de que “não sabe se há dinheiro” para o programa Bolsa-Família, anunciado na segunda-feira pelo presidente Lula.

– Com todas as letras, e isso está nos jornais de hoje (*ontem*), o ministro disse que o programa custará 5,3 bilhões de reais e lutará para que o dinheiro seja garantido. O ministro, no entanto, afirmou que não pode garantir todo o dinheiro. Isso é preocupante, num momento em que o governo resolveu corretamente unificar todos os programas sociais – relatou José Agripino.

A situação é difícil porque R\$ 3,5 bilhões do Bolsa-Família serão retirados da área da saúde, acrescentou. Agripino lembrou que o setor saúde tem de receber do governo federal neste ano, por determinação da Emenda Constitucional nº 29, exatamente R\$ 27,7 bilhões e



Roosevelt Pinheiro

INSEGURANÇA Agripino citou o ministro do Planejamento, que admitiu a falta de verbas

até agora recebeu apenas R\$ 17,8 bilhões.

– Ora, se estão faltando para a saúde até o final deste ano 9,9 bilhões de reais, como é que se podem tirar outros 3,5 bilhões para o programa Bolsa-Família? – questionou o líder do PFL, para quem os R\$ 9,9 bilhões restantes na verdade “não deverão ser liberados”.

Para ele, o governo “anuncia programas por anunciar, fazendo o jogo do faz-de-conta e a conta de chegar”. O senador lamentou que, há menos de um mês, o Senado tenha aprovado o Estatuto do Idoso e ele tenha

recebido do senador Paulo Paim (PT-RS) a informação de que o governo teria dinheiro para bancar a ajuda financeira aos idosos prevista no estatuto. Pouco depois, contou, foi informado de que no Palácio do Planalto se discutia o veto do referido artigo do estatuto, pois não haveria dinheiro.

Agripino leu em Plenário dados retirados dos computadores do governo sobre liberação de verbas para programas de valorização dos idosos. Os itens construção de centros de atendimento de idosos, serviços extra-hospitalares, estudos e pesquisas sobre saúde de idosos e promoção de eventos na área “não receberam nem um centavo este ano”, apesar de constarem do Orçamento da União verbas de R\$ 21,58 milhões.

– Se o governo está entre a opção de atender aos famintos ou à saúde, que corte nas viagens desnecessárias, nos hotéis de luxo e na publicidade oficial. Aliás, na área da propaganda o governo libera praticamente tudo. O orçamento previa gastos de 6 milhões de reais em publicidade dos programas de valorização dos idosos e liberou 99,75% do previsto. Para a publicidade, tudo. Para programas de ação, nada – disse o líder do PFL.

Tião Viana defende projetos sociais e promete verbas para a área de saúde

Ao rebater as críticas do senador José Agripino às ações do governo federal, o líder do PT, senador Tião Viana (AC), defendeu os programas sociais implantados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele anunciou que o orçamento da saúde chegará a US\$ 600 *per capita* até o final do mandato.

Os gastos *per capita* com saúde no Brasil giram hoje em torno de US\$ 190, quando países desenvolvidos chegam a desembolsar US\$ 2,5 mil por cidadão. A meta de US\$ 600 é quanto gasta hoje o vizinho Uruguai.

Segundo o parlamentar, o governo anterior nunca cumpriu, em oito anos, o preceito constitucional que destina 30% dos recursos da seguridade social para gastos com saúde da po-

pulação. Ao contrário, segundo o líder do PT os gastos com saúde caíram de 65% para 56,2% do total do orçamento. Para ele, houve “descaso, omissão e inconseqüência progressiva”. Tião Viana ressaltou que a saúde hospitalar vive em crise permanente no Brasil.

Tião Viana manifestou a convicção de que o governo cumprirá as metas dos diversos programas sociais, como o Bolsa Família e o Bolsa-Escola. Afirmou que houve um grande aprendizado com a rede de proteção social montada pelo governo anterior, mas os desvios encontrados motivaram uma ampla revisão.

O senador refutou as acusações de que o governo vem ampliando o desemprego no país, já que herdou uma crise inde-



Gerardo Magalhães

META Viana anuncia que meta do governo é US\$ 600 *per capita* em saúde até o fim do mandato

sejada de um governo que gerou 12 milhões de desempregados em oito anos.

Para Suplicy, unificação foi uma boa providência

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou ontem em Plenário a unificação de programas sociais como o Bolsa-Escola e o Cartão-Alimentação pelo governo Lula, afirmando que a medida simplificará o funcionamento e permitirá maior compreensão dos projetos pelas famílias carentes.

O senador explicou que poderão ter acesso aos benefícios as famílias que tenham renda de até R\$ 100. Elas receberão de R\$ 50 a R\$ 95, caso os filhos estejam freqüentando a escola e sendo vacinados, e os adultos estejam sendo alfabetizados.

O senador mostrou-se confi-



Waldemir Rodrigues

VANTAGEM Medida deverá simplificar o funcionamento dos programas, diz Suplicy

ante na aprovação de seu projeto – em tramitação na Câmara dos Deputados – que estabelece uma renda mínima para cada brasileiro.

Valadares pede manutenção de verbas da saúde

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) fez um apelo aos ministros do Planejamento, da Fazenda e da Saúde para não retirarem verbas constitucionais e obrigatórias do setor da saúde para aplicação em programas governamentais de combate à fome. Ele propôs que o governo diminua o superávit primário de 4,25% para 4% do PIB, para custear esses programas assistenciais.

Valadares disse que 120 milhões de brasileiros dependem do Sistema Único de Saúde (SUS) porque não podem pagar planos particulares de saúde.

– Se forem realocados R\$ 3,6



Roosevelt Pinheiro

AÇÕES Valadares alerta que realocação poderá ser objeto de questionamento judicial

bilhões da saúde para a assistência social, muita gente vai morrer à míngua – advertiu.

Relator da Emenda Constitucional nº 29, que vinculou recursos para o setor de saúde, Valadares alertou que, se o governo persistir nessa idéia, será alvo de ações nos tribunais, uma vez que o Ministério Público já foi acionado.

Ideli comenta viagem de Virgílio para ver samba

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse estranhar o comportamento do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), a respeito do episódio da viagem da ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva, à Argentina. Ela lembrou que o senador, quando secretário-geral da Presidência da República, em 2002, esteve no Rio de Janeiro para o desfile das escolas de samba, e acabou tendo que dar explicações sobre os motivos da viagem.

– Fui informada que o senador precisou dar explicações à Comissão de Ética do governo Fernando Henrique Cardoso, que considerou indevida a classificação de sua viagem como “de serviço” – relatou.



Célio Azevedo

PRECEDENTE Segundo Ideli, explicações do senador não teriam sido bem aceitas

Ideli também relatou encontro com integrantes da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis, atual campeã, para a elaboração de projeto criando programa de rádio e televisão para divulgar o folclore, a cultura e as riquezas de cada estado.

Célio Azevedo



AUTOR Expectativa de Hélio Costa é que 37 milhões de crianças sejam beneficiadas

Educação aprova leite na merenda escolar

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo do senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) ao Projeto de Lei nº 41/2003 do senador Hélio Costa (PMDB-MG) que torna obrigatório o uso do leite fluido e pasteurizado na merenda escolar. O projeto original contemplava apenas o leite de vaca e o substitutivo permite que seja empregado o alimento oriundo de outros animais, como cabras ou búfalas. A expectativa é que o projeto beneficie cerca de 37 milhões de crianças, informa o autor.

Na mesma reunião, a comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 240/2003, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que inclui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a obrigatoriedade de adoção pelo governo de políticas específicas a fim de garantir a inclusão digital, promovendo o acesso dos brasileiros a bibliotecas, a computadores e à Internet. A proposta teve parecer favorável do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), e seguirá diretamente para a Câmara, se não houver recurso.

Senador propõe ampliação do Fundo de Desenvolvimento Regional e estímulo à produção agrícola

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) apresenta hoje seu relatório sobre a reforma tributária à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O Fundo de Desenvolvimento Regional, um dos pontos mais polêmicos, vai ser mantido como veio da Câmara dos Deputados, com R\$ 2 bilhões retirados da receita do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda. Mas vai ter o acréscimo de

percentual a ser definido da rubrica de investimentos em infra-estrutura do Orçamento Geral da União, dinheiro que será aplicado no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O senador acrescentou que cerca de 25% da proposta que veio da Câmara dos Deputados será modificada e terá que retornar à outra Casa.

Os insumos agrícolas também terão alíquota mínima ou isenção de impostos, conforme apelo dos governadores dos estados agrícolas, a fim de não encarecer a produção rural.

Os produtores rurais familiares receberão tratamento idêntico ao conferido às microempresas, podendo valer-se, portanto, do Simples – um sis-

tema que facilita o pagamento de impostos. Os incentivos fiscais concedidos até 30 de abril de 2003 serão mantidos e os que foram concedidos entre 30 de abril e 30 de setembro deverão ser encaminhados pelos estados para análise caso a caso pelo Senado. O Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de barcos e aviões foi retirado do texto.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) terá cinco alíquotas uniformizadas nacionalmente por resolução que deverá ser votada pelo Senado Federal. Até 2007, haverá a tentativa de se criar um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que substituiria o ICMS e o IPI. O Fundo

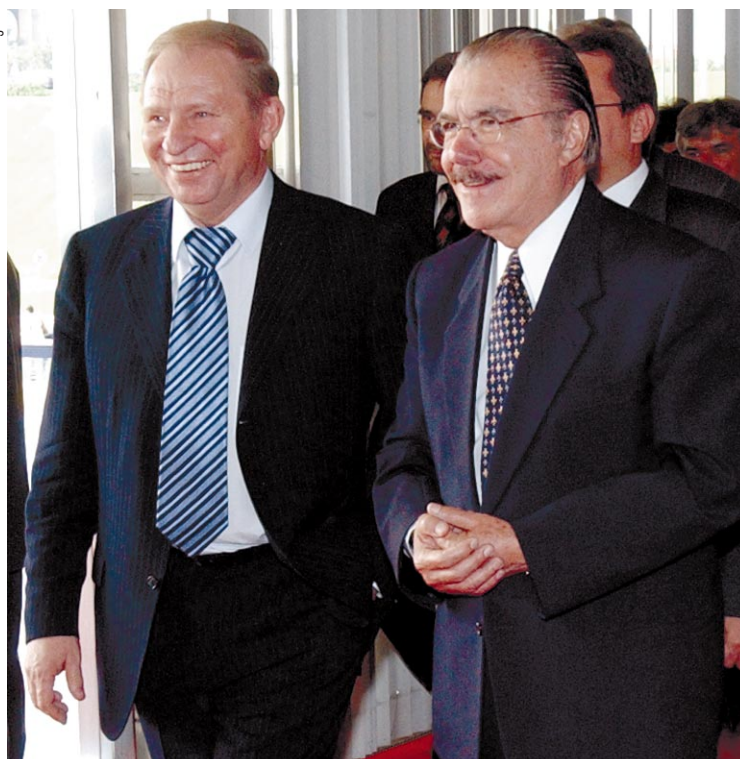
de Exportação terá um total de R\$ 6 bilhões, mais R\$ 2,5 bilhões do seguro.

Já a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre produtos importados será mantida de forma seletiva.

O PSDB e o PFL apresentarão substitutivos à CCJ, e o relator informou que poderá inclusive aproveitar sugestões. Ontem, Jucá reuniu-se com os líderes, no gabinete do presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), e com os presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Senado, José Sarney.

O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), disse que o Fundo de Desenvolvimento Regional "precisa ser aprimorado".

Woldemir Rodrigues



INVESTIMENTOS Koutchma e Sarney trataram do acordo tecnológico que prevê lançamentos de foguetes ucranianos em Alcântara (MA)

Sarney e líder ucraniano discutem acordo espacial

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da Ucrânia, Leonid Koutchma, quando discutiram o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) na manutenção da paz mundial, do interesse brasileiro em integrar o Conselho de Segurança da ONU e do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas que colocará os dois países na corrida espacial.

O acordo foi aprovado pelo Senado dois meses depois do acidente no Centro de Lançamentos de Alcântara (MA) e prevê o lançamento do foguete ucraniano Ciclone-4 a partir da base brasileira. O acordo estipula a reconstrução da infraestrutura necessária para esse lançamento.

Uma das intenções do Brasil é entrar no mercado de lançadores de satélites, e Alcântara oferece condições valiosas para esse projeto, por ser a mais bem localizada base para o lançamento de satélites em órbita geostacionária, que tem grande interesse econômico.

O texto do acordo Brasil-Ucrânia foi relatado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pela senadora Roseana Sarney (PFL-MA), que defendeu a ideia de se prover rapidamente recursos para que o Brasil possa reerguer seu programa espacial, tornando-se apto a enfrentar o acirrado e milionário mercado de lançamento de satélites.

Borges cobra urgência para recriação da Sudene

O senador César Borges (PFL-BA) manifestou sua preocupação com a notícia de que o governo teria decidido retirar o pedido de urgência constitucional para a tramitação dos projetos que recriam as Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam).

– Confesso minha estranheza por esses acontecimentos se darem justamente no momento em que o Senado discute a ampliação da reforma tributária, de forma a torná-la algo além de um simples ajuste fiscal da União. Não quero acreditar nisso, mas alguém poderia até pensar que se está tentando transformar a Sudene e a Sudam em moeda de troca – afirmou.



Pavan pede ajuda para suinocultores catarinenses

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) fez um apelo ontem ao presidente da República para que cumpra promessa assumida pelo governo de alongar o pagamento das dívidas dos suinocultores catarinenses. Segundo ele, esses produtores estão preocupados com o futuro dos filhos, que estão migrando para as grandes cidades diante da falta de perspectiva de vida. "Eles não querem entrar na inadimplência", assegurou.

Pavan também fez um alerta aos líderes do governo no Senado, "que usam o passado, fazem política de defesa olhando pelo retrovisor".



Para Motta, pobreza do país está se espalhando

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) disse ontem, citando dados do Ministério da Integração Nacional, que a pobreza brasileira não se concentra mais nas regiões do Norte e do Nordeste, do mesmo modo que as áreas mais ricas do Brasil não se localizam apenas no Sul e no Centro-Sul.

Ele lamentou que a proposta de criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, constituído por 2% do IPI e do Imposto de Renda, tenha sido alterada durante as discussões da reforma tributária. Pela proposta do ministro Ciro Gomes, o fundo teria alocado R\$ 2 bilhões, recursos que poderiam promover o desenvolvimento de várias regiões.





AÇÃO Heloísa Helena anuncia que será proposta audiência sobre prisão dos líderes do MST

Heloísa quer debater prisão de sem-terra

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) relatou ao Plenário visita que fez aos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) José Rainha, Diolinda Alves de Souza e Felinto Procópio dos Santos, que estão presos em Presidente Prudente (SP). A senadora, que estava acompanhada pelos senadores João Capiberibe (PSB-AP) e Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), disse que pretende apresentar relatório sobre a visita e propor ao Senado uma audiência pública para discutir a questão.

Heloísa Helena salientou que, enquanto os líderes dos sem-terra são acusados de formar quadrilha, "muitos delinquentes da política" continuam ocupando espaços na cena brasileira. Ela manifestou preocupação especialmente com Diolinda, que, com a prisão, se viu privada da companhia dos filhos, uma menina de apenas 2 anos e um menino de 10.

Maria do Carmo destaca evento sobre a família

O êxito do "Workshop sobre a Família", promovido em Aracaju pelo governo de Sergipe, foi destacado pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). O evento contou com a presença de aproximadamente 600 profissionais e técnicos, informou.

– Esse *workshop* foi muito importante para a família sergipana, principalmente a palestra da doutora Deisi Noeli Weber Kusztra, que é destaque mundial nos temas ligados à família – disse a senadora.

Osmar denuncia fraude no mercado de trigo

Há três semanas os produtores brasileiros de trigo não conseguem vender uma saca sequer do produto, informou ontem, em Plenário, o senador Osmar Dias (PDT-PR). Segundo ele, os tricultores estão sendo prejudicados pela omissão do governo, que não acionou ainda os mecanismos de comercialização, e pelos moinhos, que vêm importando trigo da Argentina, com menos impostos, por causa de uma

maquiagem no produto.

O parlamentar cobrou do governo a abertura dos contratos de venda, mediante Aquisições do Governo Federal (AGF), e a liberação de crédito, por meio de Empréstimos do Governo Federal (EGF). Ele denunciou a fraude com o trigo argentino, que estaria entrando no Brasil na forma de pré-mistura.

Osmar lembrou que, conforme acordo entre governo, moinhos e produtores, estes rece-

beriam apoio necessário para elevar a produção a 50% das necessidades nacionais até 2006. Apesar de já terem atingido a meta neste ano, os plantadores brasileiros estão desamparados, sem ter a quem vender o seu trigo, acrescentou.

O senador lamentou que parlamentares donos de moinhos tenham impedido a votação de um projeto de sua autoria com regras tributárias que dificultariam a fraude.



SOLUÇÃO Osmar Dias cobrou providência do governo federal em defesa do setor

Capiberibe: transgênicos podem comprometer a agricultura do país

■ Brasil se tornaria dependente de multinacionais que controlam sementes alteradas, diz senador

O senador João Capiberibe (PSB-AP) alertou ontem, em discurso, que a liberação de produtos transgênicos no Brasil poderá comprometer o futuro da agricultura nacional. Ele argumentou que, como multinacionais controlam as sementes geneticamente modificadas, o país poderá ficar dependente dessas empresas para poder produzir.

– Essa dependência pode começar com a soja, depois com o milho, o arroz. Vamos ficar completamente dependentes



EFEITO Capiberibe leu matéria denunciando que MP acelerou venda de soja transgênica

não só das sementes, mas também dos agrotóxicos. É que para esse tipo de semente modificada tem que ser utilizado um agrotóxico específico, a que a semente seja resistente. Va-

mos entregar para as multinacionais a possibilidade do desenvolvimento do agronegócio brasileiro – advertiu o parlamentar.

Capiberibe destacou matéria do jornal *Folha de S. Paulo* denunciando que a medida provisória editada pelo governo para proibir o comércio de sementes de soja transgênica e limitar seu plantio ao estoque atualmente em poder dos produtores acabou acelerando o comércio da soja geneticamente modificada. Na opinião do parlamentar, antes de ter assinado a MP, o governo deveria ter apurado como as sementes entraram no país, quem patrocinou o contrabando e quem financiou o plantio irregular.

Para o senador, o Executivo agiu de forma tardia para tentar estabelecer controles sobre

sementes geneticamente modificadas. Ele elogiou decisão da Assembleia Legislativa do Paraná, que aprovou lei estabelecendo controles para que as sementes de soja transgênica não ultrapassem as fronteiras do estado.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou o temor de que a economia brasileira sofra prejuízos se impedir a utilização das sementes geneticamente modificadas. O senador Osmar Dias (PDT-PR) destacou que a liberação dos transgênicos deve estar embasada em prudência e rigor científico. Já a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que o Brasil é o principal fornecedor mundial de soja não-transgênica e poderá perder esse mercado sem ganhar nada em troca.

Augusto defende plantio de sementes modificadas



VANTAGEM Para Augusto Botelho, produto transgênico é menos sujeito a doenças

O plantio no Brasil de sementes geneticamente modificadas foi defendido, em pronunciamento, pelo senador Augusto Botelho (PDT-RR). O parlamentar afirmou que as plantas resultantes dessas sementes são menos sujeitas a doenças, demandam menos agrotóxicos, absorvem maior número de nutrientes e podem até incorporar propriedades medicinais. Para Augusto, com o plantio dos transgênicos, a perspectiva seria a de maiores safras, a preços potencialmente mais baixos.

Embora, segundo o senador, não exista até hoje nenhum estudo científico mostrando os efeitos danosos das plantas geneticamente modificadas, "o governo e os produtores rurais têm a responsabilidade de acompanhar no longo prazo as conseqüências dessa nova modalidade de agricultura".

– As funções de acompanhamento e vigilância já foram estabelecidas na legislação pertinente, que confere atribuições aos Ministérios da Saúde, do Meio Ambiente e da Agricultura. O que devemos fazer neste

momento é cobrar do governo federal a garantia de que suas obrigações serão cumpridas – observou.

Augusto Botelho apontou ainda a necessidade de o país avançar na elaboração de leis que complementem as já existentes, tratando, entre outros temas, da questão da rotulagem dos produtos transgênicos e seus derivados. Ele lembrou que a identificação dos produtos facilitaria o acompanhamento com vistas a garantir a segurança na produção e consumo desses produtos.